



RISUS - Journal on Innovation and Sustainability
Volume 4, número 3 – 2013
ISSN: 2179-3565

Editor Científico: Arnoldo José de Hoyos Guevara
Assistente Científico: Alessandro Marco Rosini
Avaliação: Melhores práticas editoriais da ANPAD

SURGIMENTO DE NOVAS FORMAS ORGANIZACIONAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM COOPERATIVAS DE COLETA SELETIVA

Ana Carolina Simões Braga

Doutoranda pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

E-mail: carol_macke@hotmail.com

Dimária Silva E Meirelles

Docente no Programa de Pós-Graduação na Universidade
Presbiteriana Mackenzie

E-mail: dmeirelles@gmail.com

Resumo: Para a Ecologia Organizacional o advento de uma nova população é marcado por uma série de indefinições, quanto aos parâmetros de uma forma organizacional. O objetivo deste estudo é tanto identificar as principais características da forma organizacional de cooperativas de coleta seletiva, quanto o estabelecimento das mesmas. A metodologia adotada é pesquisa exploratória. O resultado da análise revelou a presença de várias formas de cooperativas de coleta seletiva, sendo estas definidas pelos nichos de recursos, e, que definem a estrutura formal (blueprints) da organização. Ainda, identificou-se a não uniformidade entre a legitimidade política e a legitimidade social direcionando para o não estabelecimento desta nova forma organizacional.

Palavras-chave: Lei de Resíduos Sólidos do Brasil; Cooperativas de Coleta Seletiva; Forma Organizacional; Estabelecimento da Forma Organizacional.

Data do recebimento do artigo: 10/10/2013

Data do aceite de publicação: 15/12/2013

INTRODUÇÃO

Em várias economias globalizadas fatores exógenos tais como o social e o político regulatório influenciam tanto na criação de novos mercados (NORTH, 2005), fomentando o surgimento de novas organizações, quanto o desenvolvimento de mercados existentes, nos quais as organizações denominadas por incumbentes são submetidas a uma contínua adaptação. A indústria de pneumáticos, e, o mais recente, o setor de coleta seletiva de resíduos sólidos são exemplos dessa situação.

A Lei de Resíduos Sólidos do Brasil, instituída em 2 de agosto de 2010, visa o controle do descarte ecologicamente correto de resíduos perigosos e não perigosos de todos os setores da atividade econômica. No art. 8ª do inciso IV, a Lei endereça especificamente para o setor de coleta seletiva, contemplando a criação e o desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associação de catadores de resíduos recicláveis e reutilizáveis (BRASIL, 2010).

O contexto regulatório brasileiro possibilitou a criação de um novo espaço no mercado, mais especificamente novas formas organizacionais concernentes as cooperativas de coleta seletiva. Aliás, a criação e o estabelecimento das cooperativas de coleta seletiva abarcam não somente a disponibilidade de recursos (ALDRICH; RUEF, 2006), mas também a legitimação de uma nova forma organizacional por meio de suas respectivas audiências (PERRETTI; NEGRO; LOMI, 2008).

Entretanto, o setor ainda encontra-se em fase de estruturação, tendo em vista a quantidade significativa de prefeituras que ainda não implementaram o plano de gestão para a coleta seletiva de resíduos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), somente 18% dos municípios brasileiros realizam a coleta seletiva de forma a atender a exigência da Lei, e, que estabelece no art. 19ª um plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Ainda, não está claro qual é o design organizacional mais adequado para a implementação da coleta seletiva de resíduos sólidos no Brasil. Do ponto de vista da teoria das organizações, notadamente a literatura da Ecologia Organizacional, o início de uma nova população é marcada por uma série de indefinições quanto às dimensões da forma organizacional (MCKENDRICK; JAFFEE; CARROLL; KHESSINA, 2003; PERRETTI; NEGRO; LOMI, 2008). Para Aldrich e Ruef (2006) as formas organizacionais são modelos de estruturação, que visam rotular e identificar as firmas que caracterizam uma determinada população de organizações.

Várias são as propostas teóricas e metodológicas a fim de explicar a forma da empresa, o presente estudo adotou a abordagem contemplada pela teoria da Ecologia Organizacional, propondo uma visão determinística, na qual o ambiente é o principal responsável em delinear a forma da firma, e, que institui duas perspectivas analíticas para a identificação das formas organizacionais, uma interna e outra externa à firma. A perspectiva interna considera aspectos objetivos da organização, relacionados, sobretudo, à estrutura organizacional (PUGH; HICKSON; HINNINGS; TURNER, 1968; HANNAN; FREEMAN, 1977; MINTZBERG, 1979; HALL, 2004). Do ponto de vista externo objetivo, a abordagem da Ecologia Organizacional é fortemente apoiada na interação ambiente-organização, foca em aspectos relativos ao nicho de recursos (HANNAN; FREEMAN, 1977; BAUM; SIGH, 1994; BAUM, 1998) e também em aspectos subjetivos externos, baseados nas audiências externas (HSU; HANNAN, 2005; ALDRICH; RUEF, 2006; ROSSONI, 2009). Entretanto, vale destacar que o estabelecimento de uma nova forma organizacional advém do processo de institucionalização (PERRETTI; NEGRO; LOMI, 2008).

Portanto, cada uma das perspectivas analíticas da Ecologia Organizacional direciona

a dimensões específicas da forma organizacional. A perspectiva interna de foco objetivo está baseada nas dimensões da estrutura organizacional, incluindo aspectos relacionados a: i) estruturação das atividades; ii) controle e autoridade; iii) estrutura formal de atividades; vi) ordem normativa; v) tamanho; vi) ambiente, e outros. A perspectiva externa de foco objetivo trata de indicadores relativos ao nicho de recursos como produto, público-alvo e\ou mercados, localização geográfica e insumos. E, por último, na perspectiva externa de foco subjetivo que define as formas organizacionais a partir do público externo, a forma organizacional é baseada no processo de legitimação, que inclui: i) legitimidade social; ii) legitimidade cognitiva; e iii) legitimidade política (DIMAGGIO; POWELL, 2005; ALDRICH; RUEF, 2006; PERRETTI; NEGRO; LOMI, 2008; ROSSONI, 2009).

Com base nas considerações desses aspectos é que emerge a contribuição deste estudo, tendo por objetivo identificar as principais características da forma organizacional das cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos no Brasil. Assim o trabalho buscou responder a seguinte questão: quais são as principais características da forma organizacional das cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos no Brasil? A resposta da pergunta central deste trabalho gera ganhos tanto para a academia quanto para os praticantes.

O estudo empregou a pesquisa exploratória, utilizando um questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicado por meio da técnica de entrevistas, sendo o tratamento dos dados qualitativos realizado mediante a técnica de análise de conteúdo temática (BARDIN, 2009), e, posteriormente foi empreendida uma comparação entre os casos.

O artigo apresenta cinco seções, além desta introdução. A segunda seção contempla o referencial teórico que compreende a teoria de forma organizacional. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos de pesquisa. A quarta seção expõe a análise dos resultados, e, a quinta seção exhibe as considerações finais do final.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A seguir é apresentada a fundamentação teórica considerada neste estudo, o principal recorte conceitual: forma organizacional. A literatura de forma organizacional contempla: i) perspectiva objetiva interna e/ou blueprints; ii) perspectiva objetiva externa e/ou nicho de recursos; iii) perspectiva subjetiva externa e/ou legitimidade; e iv) surgimento de uma nova forma organizacional.

Forma Organizacional

A gênese da teoria Ecologia Organizacional baseia-se na seguinte indagação “por que existem tantos tipos de organizações?”, e, buscafatores exógenos à firma como política, economia e o social para explicar os principais atributos que mudam a quantidade e a variedade das organizações (BAUM, 1998). Em suma, formas organizacionais são modelos de estruturação de atividades para a sociedade moderna, visa identificar uma firma por meio da rotulação tais como universidades, farmácias, hospitais, supermercados e outros (ALDRICH; RUEF, 2006). Para Carroll e Hannan (1995), a forma organizacional é um resumo de propriedades centrais, que fazem com que o conjunto de organizações sejam similares ecologicamente.

A literatura da Ecologia Organizacional propõe várias abordagens teóricas e metodológicas

para o processo de identificação e/ou rotulagem. Aldrich e Ruef (2006) assinalam que, essas abordagens variam conforme o ambiente interno ou externo à organização. Aliás, cada uma dessas perspectivas analíticas considera aspectos objetivos e subjetivos (Quadro 1). A seguir, serão apresentadas as perspectivas objetiva externa/interna e a subjetiva externa, sendo a base neste estudo para identificar as formas organizacionais das cooperativas de coleta seletiva de

Quadro 1 - Abordagens teóricas para definir as formas organizacionais.

Foco nos limites organizacionais Foco no papel da percepção	INTERNA	EXTERNA
OBJETIVA	<i>Blueprints</i>	Nichos de Recursos
SUBJETIVA	Identidade Organizacional	Códigos Culturais

Fonte: Aldrich e Ruef (2006, p. 115)

Perspectiva objetiva externa/interna

A perspectiva objetiva externa é fortemente apoiada na disponibilidade de recursos utilizados pela organização, sendo responsáveis em delinear os limites da firma (BAUM, 1998). Deste modo, Hannan e Freeman (1977) ressaltam que, os sistemas relevantes e/ou nicho de recursos são determinantes para o estudo da relação ambiente-organização, na qual geralmente são definidos pela localização geográfica, limites políticos, mercados e características de produtos. Nesta perspectiva, a forma organizacional decorre da acessibilidade de recursos disponíveis no ambiente externo, que delinham não somente a estrutura interna, mas também as transformações da organização ao longo dos anos. Ainda, vale destacar que Baum e Singh (1994) assinalam mais dois indicadores: o público-alvo e a localização, na qual são determinantes para a perenidade organizacional. Os sistemas relevantes denominam o conceito de população. Para Hannan e Freeman (1977), uma população organizacional é um conglomerado de empresas que apresentam a mesma forma e que são afetadas pela ação do ambiente externo de maneiras semelhantes, visto que dependem de um conjunto de recursos sociais e materiais similares.

Do ponto de vista interno à firma, a forma organizacional é definida a partir do conceito blueprints. Hannan e Freeman (1977) influenciados pelas teorias biológicas definem que blueprints é o código genético da organização, ou seja, contém todas as características estruturais responsáveis em delinear a forma da firma. Nesta perspectiva, as formas são definidas a priori e não da interação ambiente-organização (ALDRICH; RUEF, 2006). De modo geral, várias são as propostas conceituais e operacionais de estrutura organizacional, destacando as visões clássicas de Pugh, Hickson, Hinnings e Turner (1968), Hannan e Freeman (1977), Mintzberg (1979) e a proposta mais contemporânea de Hall (2004). Para Pugh, Hickson, Hinnings e Turner (1968), a estrutura organizacional institui quatro dimensões, sendo: i) estruturação de atividades referente ao grau de especialização, padronização e formalização dos processos produtivos e organizacionais; ii) concentração de autoridade; iii) linha de controle no fluxo do trabalho que fundamenta-se no grau de controle realizado sobre as atividades; e iv) componentes de apoio que são as atividades secundárias. Hannan e Freeman (1977) ressaltam que, o conceito blueprints é fortemente apoiado em características estruturais que incluem: i) estrutura formal da organização; ii) padrões de atividades seapóiam em quais são as atividades realizadas e quem as realizam; e iii) ordem normativa que se fundamenta na legitimidade organizacional, e que considera tanto os stakeholders organizacionais quando os stakeholders

de mercado e produtos. Para Mintzberg (1979), a estrutura organizacional é representada por um modelo genérico da arquitetura da firma que engloba cinco blocos lógicos hierarquizados: i) cúpula que considera atributos seja de uma gestão mecanicista, seja de uma gestão orgânica; ii) linha intermediária que é instituída pela coordenação dos níveis de suporte técnico e suporte administrativo; e iii) núcleo operacional responsável pela coordenação e controle dos processos organizacionais. Por fim, a visão contemporânea de Hall (2004) se apóia em uma perspectiva mais ampla, considerando tanto o ambiente interno quanto o ambiente externo à firma, incluindo cinco dimensões estruturais: i) tamanho; ii) tecnologia; iii) cultura interna; iv) ambiente externo; e v) cultura nacional.

Perspectiva subjetiva externa

Do ponto de vista subjetivo externo, as formas organizacionais são definidas por meio dos códigos culturais desenvolvidos pelas audiências (ALDRICH; RUEF, 2006). Nesta perspectiva, Hsu e Hannan (2005) ressaltam que a identidade organizacional da firma baseia-se em características que são esperadas pelo público-alvo, ou seja, segundo a forma que a firma é percebida pelo ambiente externo, mais especificamente por seu grupo de stakeholders.

Em um estudo empírico Rossoni (2009) destaca que a legitimidade organizacional garante a sobrevivência da firma, na qual a legitimidade advém tanto dos stakeholders de mercado de capitais e de produtos quanto dos stakeholders organizacionais. Deste modo, Aldrich e Ruef (2006) e Rossoni (2009) apontam as seguintes dimensões: i) legitimidade cultural-cognitiva; ii) legitimidade formal regulatória; e iii) legitimidade social. A legitimidade cultural-cognitiva engloba tanto o setor em que a empresa está inserida quanto o mercado consumidor, e, referem-se à ampla aceitação de padrões, práticas e procedimentos organizacionais (ALDRICH; RUEF, 2006). Do ponto de vista setorial e\ou organizacional a nova forma aufere legitimidade quando passa a ser imitada (ALDRICH; RUEF, 2006), ou seja, quando há o processo de isomorfismo mimético, no qual as organizações de um mesmo setor adotam práticas similares (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Do ponto de vista do consumidor, a legitimidade cultural-cognitiva ocorre quando os produtos e serviços são reconhecidos como certos e apropriados (ALDRICH; RUEF, 2006). A legitimidade política é fortemente apoiada na aceitação regulatória por partes das firmas, do qual as organizações estão em conformidade com as leis criadas por governos, agências reguladoras e outros (ALDRICH; RUEF, 2006; ROSSONI, 2009). Ainda, Dimaggio e Powell (2005) destacam que a legitimidade institucional advém do isomorfismo coercitivo, segundo o qual as organizações sofrem pressões de seus respectivos governos com o objetivo de adequar-se as leis vigentes. Vale destacar que a presença de leis e regulamentos governamentais em populações emergentes assinala para a obtenção da legitimidade política, pois as leis têm por principal propósito controlar e proteger as atividades dessa nova população de firmas (ALDRICH; RUEF, 2006). A legitimidade social advém da conformidade das práticas organizacionais e produtivas às normas e aos valores culturais da sociedade (ALDRICH; RUEF, 2006). Para Rossoni (2009) as organizações tendem a atenderem às normas e aos valores, pois visam criar uma reputação perante o mercado externo. Portanto, a reputação engloba o julgamento que as audiências realizam do que é e do que não é tolerável. Deste modo, o julgamento é baseado naquilo que é legitimado como certo ou como bom.

Surgimento da Forma Organizacional

Os ecólogos populacionais visam explicar a diversidade da forma organizacional por meio de fatores condicionantes, tais como: i) blueprints; ii) nicho de recursos; iii) códigos culturais; e iv) legitimidade (ALDRICH; RUEF, 2006). Aliás, esta teoria organizacional é fortemente baseada em uma visão determinística, na qual o ambiente é o principal responsável em definir a forma da firma (MILES, 1980). Por outro lado, há um grande esforço em explicar o estabelecimento de novas formas decorrentes do processo de institucionalização (HSU; HANNAN, 2005; PERRETTI; NEGRO; LOMI, 2008); neste contexto, o ambiente estabelece as diretrizes baseadas em normas, crenças e culturas de uma respectiva sociedade, que influem tanto na definição quanto no estabelecimento da forma organizacional (FLIGSTEIN, 1996; NORTH, 2005).

O estabelecimento de uma forma advém da ampla aceitação das respectivas audiências, na qual a firma está inserida (MCKENDRICK; JAFFEE; CARROLL; KHESSINA, 2003; PERRETTI; NEGRO; LOMI, 2008). Nessa perspectiva, a identidade organizacional é analisada por meio da configuração da identidade, avaliando características específicas da identidade da firma. A configuração da identidade é relacionada a aspectos relativos tais como localização geográfica, aspectos sociais e organizacionais. As características geográficas são a base para identificar a atividade de uma respectiva região. Regiões que possuem organizações com forte identidade organizacional assinalam para possíveis obstáculos no estabelecimento de novas formas, decorrente das dificuldades para a obtenção de recursos, trabalhadores, gestores, investidores, fornecedores e compradores (PERRETTI; NEGRO; LOMI, 2008).

No contexto do estabelecimento da nova forma organizacional, Perretti, Negro e Lomi (2008) destacam o domínio da identidade. O domínio da identidade refere-se à uniformidade dos códigos sociais advindos tanto do âmbito político-legal quanto do âmbito da sociedade (CARROLL; HANNAN, 1995). De modo geral, um novo domínio fundamenta que o estabelecimento de uma nova forma depende da aprovação das respectivas audiências. Neste contexto, tanto o estabelecimento de novas leis quanto a ampla aceitação das mesmas irá favorecer no estabelecimento tanto do domínio da nova identidade, quanto o estabelecimento da nova forma organizacional via institucionalização (PERRETTI; NEGRO; LOMI, 2008). Por outro, a não uniformidade e/ou compreensão do novo domínio por parte das audiências implicará tanto no enfraquecimento do processo de institucionalização da nova forma quanto do novo domínio (ZERUBAVEL, 1991).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se baseou em uma pesquisa exploratória, mediante a coleta e análise de dados qualitativos ao buscar identificar as principais características da forma organizacional das cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos no Brasil. As subseções a seguir informam os procedimentos da pesquisa, incluindo: i) instrumento e técnica de coleta de dados, ii) critérios para a escolha das empresas participantes; e iii) preparação e análise de dados.

Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados

Os dados primários foram obtidos por meio de um roteiro de perguntas abertas e fechadas, aplicadas mediante a técnica de entrevista via contato direto (pessoalmente) e indireto (via internet).

por meio do uso do aplicativo Skype) entre as pesquisadoras deste estudo com os colaboradores das cooperativas Alfa, Beta e Coopermiti.

Nas entrevistas o objetivo da pesquisa foi revelado para os entrevistados; se caracterizando como do tipo padronizado aberto com um roteiro formado por perguntas abertas e fechadas, apresentadas igualmente para todos os participantes (GODOI; MATTOS, 2006).

Dessa forma, a presença de um roteiro formado por perguntas abertas e fechadas permitiu que todos os tópicos de interesse fossem abordados durante a entrevista, possibilitando também uma abertura para a incorporação de informações relevantes ao estudo que surgirão no decorrer da entrevista (RICHARDSON, 2007).

Das entrevistas aplicadas na cooperativa Alfa aplicou-se o tipo estruturado e as demais - Beta e Coopermiti - foram semi-estruturadas, na qual ao longo das entrevistas incorporaram-se novos elementos que surgiram no transcorrer dos trabalhos. Nesse sentido, o roteiro foi formado por perguntas abertas e fechadas englobando aspectos relativos a: i) dimensão bluenprints; ii) dimensão nicho de recursos; e iii) dimensão legitimidade política e social.

A entrevista foi do tipo focalizada, apresentando um tema de interesse pré-estabelecido, servindo como parâmetro para a escolha das cooperativas participantes (SIERRA, 1998). Vale salientar que, atendendo ao pedido de confidencialidade foram adotados pseudônimos Alfa e Beta para o nome das cooperativas, e, Ana e Carla para o nome dos entrevistados. Por outro lado, a cooperativa Coopermiti autorizou a divulgação de seu nome. O Quadro 2 a seguir, informa o perfil dos entrevistados deste estudo.

Quadro 2 - Perfil dos entrevistados.

Cooperativa Alfa	Pseudônimo	Carla
	Cargo	Presidente
	Grau de escolaridade	1º grau incompleto
Cooperativa Beta	Pseudônimo	Ana
	Cargo	Presidente
	Grau de escolaridade	1º grau incompleto
Cooperativa Coopermiti	Nome	Alex Luiz Pereira
	Cargo	Presidente
	Grau de escolaridade	Bacharel

Fonte: Elaborado pelas autoras

Critérios para a Escolha das Empresas Participantes

A intenção inicial deste estudo era estudar as formas organizacionais das cooperativas de coleta seletiva no Brasil baseada na constituição do capital social da empresa, podendo ser uma associação, uma cooperativa e uma empresa privada. Entretanto, durante o processo de rastreamento das empresas de coleta seletiva não foi encontrado nenhuma associação, em decorrência das associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis se transformarem em cooperativas com o objetivo de se conveniarem com as prefeituras municipais.

A estratégia se baseou em uma busca por empresas do setor de coleta seletiva via internet pelo site da Google, o rastreamento considerou as respectivas frases e/ou palavras: i) empresas de coleta seletiva; ii) lista de empresas privadas de coleta seletiva; iii) coleta seletiva na cidade de São Paulo; iv) lista de cooperativas de coleta seletiva; v) coleta seletiva; e vi) cooperativas de

resíduos sólidos. Foram mapeadas no total 103 empresas, nas quais 74 são empresas privadas e 29 cooperativas.

O primeiro contato foi via telefone e e-mail tanto para as empresas privadas quanto para as cooperativas. Das empresas privadas, somente uma retornou reportando que no momento não seria possível. Já para as cooperativas, houve retorno de cinco, nas quais três são as cooperativas participantes deste estudo a Alfa, a Beta e a Coopermiti.

A entrevista na cooperativa Alfa foi aplicada pessoalmente, e ocorreu na própria cooperativa, localizada na região de Araraquara, no dia 12/08/2011, teve duração de 1 hora e 20 minutos. A entrevista na cooperativa Beta foi por meio do aplicativo Skype em decorrência da localização geográfica, ocorreu no dia 03/11/2012 e teve duração de 50 minutos. E, por fim, a entrevista na cooperativa Coopermiti foi por meio do aplicativo Skype em decorrência da localização geográfica, ocorreu no dia 09/11/2012, teve duração de 1 hora e 15 minutos.

Preparação dos Dados e Procedimentos de Análise de Dados

Segundo Lankshear e Knobel (2008) a preparação de dados qualitativos se baseia no processo de transcrição, e, que é a transformação de dados verbais em textos escritos. Dessa forma, após a permissão dos entrevistados, as entrevistas foram gravadas para posterior processo de transcrição.

Este estudo adotou análise de conteúdo. Para Bardin (2009) a análise de conteúdo é uma investigação que visa uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa de um conteúdo manifestado nas interações comunicativas a fim de interpretar as mesmas.

Seguindo as orientações de Bardin (2009) o processo de categorização deste estudo foi a priori, sugeridas pelo próprio referencial teórico, e, de acordo com os objetivos específicos contemplado neste estudo. O Quadro 3 informa as categorias e subcategorias consideradas para a análise de conteúdo.

Quadro 3 – Categorias do estudo.

Categorias	Subcategorias
Estrutura formal	
Natureza de propriedade	Público Privado
Fontes de financiamento	Público Privado Misto
Formalização das atividades	Formal Informal
Tamanho organizacional	Faturamento Número de funcionários Volume de resíduos a ser processado\ Volume de resíduos processados
Atividades principais	
Tecnologias	
Parcerias	
Mercados de atuação	Mercado (principais clientes) Mercado (principais fornecedores)
Estrutura do mercado	Mercado diversificado Mercado especializado
Localização geográfica	Atender o mercado (clientes) Atender o mercado (fornecedores)
Principais recursos	
Conscientização da sociedade	Divulgação da imagem organizacional Influência na disponibilidade de recursos (resíduos)
Lei de Resíduos Sólidos	Influência Adequação dos selos

Fonte: Elaborado pelas autoras

Assim sendo, a categorização norteou no processo de extração dos núcleos centrais dos textos transcritos. O processo de extração dos núcleos centrais utilizou o software NVIVO10 que é um aplicativo que visa facilitar o processo de organização de dados qualitativos.

A partir do processo de codificação foi feita uma análise para cada cooperativa a fim de identificar a forma organizacional, sebaseando no referencial teórico contemplado no estudo. Posteriormente, foi feita uma análise cruzada que é um processo de comparação entre os casos. Por fim, as inferências e as interpretações(BARDIN, 2009).

ANÁLISE DE DADOS

Análise Comparativa dos Casos

As próximas subseções apresentam uma análise comparativa dos casos, considerando os objetivos específicos que nortearam o estudo, quais sejam: i) identificar as características estruturais (blueprints) das cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos; ii) identificar os recursos disponíveis (nicho de recursos) e suas implicações nas cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos; e iii) identificar as dimensões da legitimidade política e social das cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos.

Características estruturais (blueprints) das cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos.

Conforme a metodologia proposta, as características estruturais foram analisadas a partir das categorias: estrutura formal, formalização das atividades, atividades principais e de apoio, natureza de propriedade, fontes de financiamentos, parceiras e tamanho organizacional (PUGH; HICKSON; HINNINGS; TURNER, 1968; HANNAN; FREEMAN, 1977; MINTZBERG, 1979; HALL, 2004). Os resultados desta análise são apoiados nas evidências apresentadas no processo de categorização das entrevistas.

A composição da estrutura física é similar entre as cooperativas, abarcando o site, o galpão, caminhões e máquinas (esteira e prensa), com exceção das máquinas necessárias para o processo produtivo da Coopermiti que não incluem a esteira e a prensa, mas sim máquinas de triturar. Evidencia uma estrutura física tanto simplificada e de baixo custo quanto específicas para cada tipo de resíduo sólido.

Com relação à estrutura formal percebe-se uma estrutura hierarquizada, apresentando uma clara divisão entre os níveis diretivo, administrativo e operacional. É evidenciada uma similaridade no core business das cooperativas de coleta seletiva, sendo centrados nas atividades operacionais, quais sejam: coleta, triagem, consolidação e expedição. Em relação às atividades de apoio percebe-se uma diferenciação por parte da cooperativa Coopermiti, na qual as atividades de apoio não estão centradas no nível diretivo como ocorre nas cooperativas Alfa e Beta, mas em departamentos específicos como pedagógico, marketing, administrativo, fiscal, entre outros; indicando não somente uma estrutura hierarquizada, mas também departamentalizada.

A estrutura departamentalizada da Coopermiti é fortemente baseada em uma ordem normativa, abalizada pela presença da formalização das atividades em todos os níveis hierárquicos, segundo o pontuado pelo entrevistado Sr. (o) Alex:

Os cargos são documentados, existe um manual de procedimentos e processos que independente de quem ocupe aquele cargo tem que seguir aquele manual, pra conseguir manter a qualidade. (Sr. (o) Alex)

A cooperativa tem um estatuto, eu tenho um regimento interno, eu tenho um manual integrado de gestão ambiental, e eu tenho um manual de qualidade, o manual tem os procedimentos e as instruções. Cada célula, cada setor tem um documento, um manual que explica o procedimento passo a passo. (Sr. (o) Alex)

Por outro lado, as cooperativas Alfa e Beta não apresentam uma estrutura normatizada, ou seja, todas as atividades são informalizadas. Conforme as afirmações a seguir:

[...] todo mundo faz tudo, por mais que cada um sabe a função a ser exercida, quando há a necessidade, o cooperado é remanejado para outra área. (Sr. (a) Carla)

Não. Cada um sabe qual é o seu papel, cada um já sabe, a parte administrativa fica com a tesouraria e a presidenta, tem que trabalhar no conjunto, não dá, tem que todos, não dá para um só fazer, cada um tem a sua parte, e sua responsabilidade. (Sr. (a) Ana)

Com relação à propriedade, as cooperativas Alfa e Coopermiti são de capital público, obtidos

por meio de parcerias com as prefeituras municipais de Araraquara e de São Paulo, respectivamente. Entretanto, a cooperativa Beta apresentou um resultado ambíguo, pois mesmo tendo uma parceria com a prefeitura da cidade de São Paulo, a área disponibilizada para o galpão foi adquirida por meio de um comodato com a CDHU, e, as máquinas necessárias para o seu processo produtivo foram obtidos por meio de doações e esforço próprio. A afirmação a seguir evidencia a formação da constituição de propriedade da cooperativa Beta:

Nós com a nossa luta, quando agente começou aqui, na verdade agente começou na rua fazendo coleta, fazia coleta com 20 pessoas, e guardava nas residências das donas de casa, na garagem, em cima da laje, e aí eu vi uma área abandonada aqui e fui pra dentro, né. Eu meio que invadi aquela área e fui pra dentro dela, é uma área da CDHU. Depois eu entrei em contato com a CDHU e agente conseguiu o comodato dessa área pra tá trabalhando. (Sr. (a) Ana)

Já em relação a financiamentos, a cooperativa Alfa foi à única que teve acesso junto aos órgãos federais. Ainda, tanto a cooperativa Alfa quanto a cooperativa Coopermiti recebe auxílio financeiro de suas parcerias com as prefeituras municipais. Conforme as afirmações a seguir, evidencia-se que não há um padrão estabelecido pelos órgãos municipais quanto à natureza do auxílio financeiro:

A prefeitura também auxilia com o vale alimentação e assume metade da folha de pagamento dos cooperados. (Sr. (a) Carla)

Eu não pago nem luz e nem água, também da parceria que eu tenho com a prefeitura. (Sr. (o) Alex)

Por outro lado, a cooperativa Beta apresentou tanto carência de apoio em sua estrutura física como também acesso a financiamentos em órgãos federais, nesse sentido, a presidente da cooperativa Beta a Sr. (a) Ana faz a respectiva afirmação:

Agente não consegue verba do governo federal, agente não consegue nada, um capital de giro pra que agente possa te calma, sabe, te tranquilidade pra fazer o seu trabalho, não tem condição nenhuma, não vejo. (Sr. (a) Ana)

Além da parceria com os municípios, as cooperativas enfatizaram a comunidade civil como o parceiro central das atividades. Para as cooperativas Alfa e Beta a comunidade é responsável em garantir a sobrevivência organizacional da cooperativa, disponibilizando o insumo para o seu processo produtivo. Contudo, para a Coopermiti os principais parceiros advêm da sociedade empresarial, sendo estes os grandes fornecedores de lixo eletrônico utilizado em seu sistema de produção.

Com relação ao tamanho organizacional, não há um parâmetro bem delineado. O tamanho baseado no número de cooperados caracteriza a cooperativa Alfa como sendo de grande porte, na qual gera 180 postos de trabalho. E, de pequeno porte para as cooperativas Beta e Coopermiti que geram 35 e 25 postos de trabalho, respectivamente; este resultado é congruente quando se analisa o volume a ser processado e produzido. Contudo, o resultado é ambíguo quando se analisa o tamanho organizacional baseado no faturamento. Nesta perspectiva, tanto a cooperativa Alfa quanto a cooperativa Beta é de pequeno porte, na qual a retirada por cooperado é de aproximadamente um

salário mínimo. Já a cooperativa Coopermiti poderá ser classificada de grande porte, apresentando uma média de retirada mensal por cooperado do nível operacional em torno de R\$ 2.000.

Identificar os recursos disponíveis (nicho de recursos) e suas implicações nas cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos.

Conforme a metodologia proposta, a perspectiva nicho de recursos foi analisada por meio das categorias: insumos, localização geográfica e mercados (HANNAN; FREEMAN, 1977; BAUM; SINGH, 1994; BAUM, 1998). Os resultados são sustentados pelas evidências apresentadas no processo de categorização das entrevistas.

Com relação aos insumos que são os resíduos reutilizáveis e recicláveis, apresentam um impacto na forma organizacional das cooperativas de coleta seletiva de duas maneiras. Na primeira os insumos definem tanto a estrutura física quanto a estrutura formal. No caso da estrutura física, o tipo de resíduo implica na adoção de máquinas e equipamentos que atendam a especificidades dos mesmos. Para as cooperativas Alfa e Beta as esteiras e as prensas são fundamentais em seu processo produtivo, já que o principal recurso é os resíduos não orgânicos. Entretanto, para a Coopermiti as principais máquinas necessárias em seu sistema produtivo são as de trituração para cada tipo de material, atendendo as reais especificidades de seu recurso que é o lixo eletrônico. Em relação à estrutura formal, o recurso delinea as atividades principais das cooperativas Alfa, Beta e Coopermiti, instituído pela coleta, triagem, consolidação e expedição. A segunda forma refere-se à disponibilidade de recursos, e, que irá implicar no tamanho organizacional, mais especificamente em sua infra-estrutura. No caso das cooperativas Alfa e Beta o aumento da disponibilidade de recursos (resíduos não orgânicos) implica em transformações organizacionais, por meio de melhorias em sua infra-estrutura. Por outro lado, a Coopermiti possui uma capacidade instalada ociosa, em decorrência da pouca disponibilidade de lixo eletrônico, conforme a afirmação do presidente da Coopermiti Sr (o) Alex:

Agente tá chegando a 30 toneladas mês de triagem, o que é muito pouco, eu posso fazer que em um único turno mais de 100 toneladas, é a minha capacidade projetada. (Sr. (o) Alex)

Com relação à localização geográfica das cooperativas Beta e Coopermiti traz implicação direta tanto no fornecimento de resíduos quando na venda das matérias-primas secundárias. No caso da localização geográfica para a perspectiva venda de matérias-primas secundárias tanto a cooperativa Beta quanto a cooperativa Coopermiti encontram-se bem situadas, próximas das principais vias de acesso. Para a perspectiva fornecimento dos resíduos não orgânicos a localização da Coopermiti é favorável, já que seus principais fornecedores advêm da sociedade empresarial. Por outro lado, a localização geográfica da cooperativa Beta proporciona uma coleta de resíduos com pouco valor agregado, o que traz implicações para a sobrevivência desta cooperativa.

Em relação a mercados de atuação, as cooperativas Alfa e Beta atendem a sociedade civil por meio da coleta de resíduos não orgânicos, sendo este o fornecedor principal dos recursos para o seu processo produtivo. Já a cooperativa Coopermiti atende tanto a sociedade civil quanto a sociedade empresarial. Ainda, as cooperativas Alfa, Beta e Coopermiti atuam em mercados especializados, isso decorre do fato da presença de compradores para cada tipo de matéria-prima secundária, conforme as afirmações a seguir:

Mercado secundário de matéria-prima onde vende o produto do processo produtivo para as empresas intermediárias. (Sr. (a) Carla)

O comprador nós temos todos os tipos de comprador. (Sr. (a) Ana)

A gestão da Coopermiti dentro desse processo, de encaminhar cada tipo de resíduo para o parceiro adequado. (Sr. (o) Alex)

Ainda, averiguou-se que há uma predominância de empresas intermediárias nas negociações das matérias-primas secundárias. As cooperativas Alfa, Beta e Coopermiti não realizam negociações diretas com a indústria, trazendo implicações diretas no faturamento final destas. Tal fato discorre de vários atributos, quais sejam: falta de infra-estrutura, imagem estigmatizada, baixo valor agregado de resíduos coletados e fornecimento insuficiente de resíduos.

Identificar as dimensões da legitimidade política e social das cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos.

Conforme a metodologia proposta, o processo de institucionalização foi analisado por meio das categorias: legitimidade social e legitimidade política (McKENDRICK; JAFFEE; CARROLL; KHESSINA, 2003; ALDRICH; RUEF, 2006; PERRETTI; NEGRO; LOMI, 2008; ROSSONI, 2009). Os resultados são sustentados pelas evidências apresentadas no processo de categorização das entrevistas.

Em relação à legitimidade política esta nova forma organizacional já detém por meio da Lei de Resíduos Sólidos do Brasil, instituída em 02 de agosto de 2010. A Lei estabeleceu um novo campo no mercado, fomentando a criação e o desenvolvimento de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. De modo geral, a Lei implica tanto no controle quanto na proteção das atividades das cooperativas de coleta seletiva. Ainda, vale destacar que, a regulamentação não restringiu somente no aspecto legal, mas também no tributário. Na dimensão fiscal as atividades de coleta seletiva estão devidamente classificadas na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), implicando não somente na padronização, mas também no enquadramento destas, sendo utilizadas por diversos órgãos da administração pública tributária (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA, 2011). Entretanto, averiguou-se uma predominante carência de apoio financeiro nas cooperativas Beta e Coopermiti, conforme as afirmações a seguir:

Eu posso dizer que está no papel, entendeu. Nem eu da cooperativa e das poucas que eu começo nunca receberam incentivo, nunca tiveram nada para garantir. (Sr. (a) Ana)
No momento não auxiliou em nada, que ela não está sendo cumprida como um todo. Eu espero que chegue um momento que ela comece a nós auxiliar, que realmente agente comece a ser pago pelo nosso trabalho, aí eu vou conseguir expandir, eu vou conseguir colocar mais cooperados. (Sr. (o) Alex)

Averiguou-se há presença de várias formas organizacionais das cooperativas de coleta seletiva. Cada forma é definida de acordo com o nicho de recursos (resíduo a ser trabalhado), implicando em especificidades em sua estrutura física. Nesta perspectiva, a Lei não atende as especificidades de cada forma, sendo evidenciada na afirmação do presidente da Coopermiti Sr. (o) Alex, a seguir:

[...] mas não muito benéfica pra gente, no sentido de que, na parceria no decreto esta regulamentada de que a prefeitura além de ceder o espaço, ela tem ceder algumas outras coisas

como esteira e tudo mais, que pra gente não tem uso, agente precisa de outras maquinas que não estão previstas no decreto. Então, pra gente concedeu o que era possível o que estava no decreto e o que não era possível que não estava no decreto, então acabo. (Sr. (o) Alex)

Conforme os argumentos de Zerubavel (1991), Carroll e Hannan (1995) e Perretti, Negro e Lomi (2008) o estabelecimento de uma nova forma organizacional depende da institucionalização conjunta no âmbito político-regulatório e no âmbito social. No caso específico das cooperativas de coleta seletiva verificou-se que, a Lei, tem sido pouco observada, na verdade em alguns casos ausente, como por exemplo, a cooperativa Beta.

Ainda, o papel político-regulatório não restringe somente no apoio financeiro que viabilize o desenvolvimento das cooperativas, mas também é responsável em corroborar o alcance da legitimidade social por meio de programas que visem uma mudança cultural da sociedade por meio da conscientização ecológica. Tal papel tem sido exercido pelas próprias cooperativas, já que estas observaram a importância do envolvimento da sociedade em seus respectivos projetos, pois esta é o principal responsável pelo fornecimento de seus recursos. As afirmações a seguir evidenciam as principais ações adotadas pelas cooperativas Alfa, Beta e Coopermiti no processo de conscientização da sociedade:

A cooperativa realiza projetos sociais como palestras nas escolas públicas. [...] as crianças tem grande importância, pois são elas responsáveis em levar essas informações para seus pais. (Sr (o) Antonio) [...] fazemos panfletos, hoje nós estamos agora com um carro de som, que o fusca nosso tornou-se um veículo de divulgação do nosso trabalho, né. E agente tem blog [...] agente divulga no bairro, divulga de porta em porta, e agente vai falando do nosso trabalho, e agente divulga em igreja, agente divulga em escola, agente tem muito trabalho com as escolas também, agente faz palestra em escola, aonde tem gente agente vai lá divulgar. (Sr. (a) Ana) [...] oficinas pedagogias pra tentar levar uma educação ambiental, pra que agente consiga plantar uma sementinha na sociedade, pra que agente consiga formar numa geração futura que entenda o papel dela na reciclagem, entendeu, eu gerei o resíduo, ele é meu, e eu sou responsável. (Sr. (o) Alex)

A legitimidade social é responsável pela consolidação da nova forma organizacional no que concerne às cooperativas de coleta seletiva. A participação da sociedade nestes projetos é o ponto chave para a disponibilidade de recursos, e, conseqüentemente a perenidade desta nova forma organizacional. O que pode ser verificado nas cooperativas Alfa e Beta é um foco de atenção na sociedade, principalmente em programas de divulgação a fim de não somente conscientizar, mas também criar uma sólida imagem da cooperativa perante a sociedade, conforme as afirmações da presidente da cooperativa Beta a Sr.(a) Ana seguir:

Tratar de lixo o povo tem uma visão de que é sujo, de que isso vai trazer roedores, então agente tomou uns cuidados pra deixar tudo muito limpo, criar uma visão. Essa interação com a comunidade, faz com que vejam a gente com bons olhos. (Sr. (a) Ana)
Olha, não tem como fazer um bom trabalho se não tiver o envolvimento da população, entendeu. Envolvimento que eu te falo dessas pessoas conhecerem o que é feito dos resíduos delas. (Sr. (a) Ana)

Para a Coopermiti a legitimidade social será somente obtida quando houver a conscientização da sociedade sobre o lixo eletrônico e seus reais impactos ao longo do ciclo de vida. Apesar da Coopermiti possuir programas educativos que viabilizem o processo de conscientização da sociedade civil, o seu foco de atenção é na comunidade empresarial, decorrente de que grande parte do fornecimento de insumos e compras de matérias-primas secundárias advêm desta. Para a Coopermiti o principal objetivo é quebrar a barreira estigmatizada que o empresariado tem em relação às cooperativas de coleta seletiva por meio das certificações ISO 9001 e 14001, conforme a afirmação do presidente da Coopermiti Sr (o) Alex:

Então se agente conseguir cumprir o cronograma e agente conseguir o certificado datado em fevereiro ou março agente consegue quebrar a primeira etapa, eu já consigo pelo menos colocar um certificado e talvez eu consiga quebrar um pouquinho a resistência, né, quando ela aborda a empresa já aborda com a certificação, talvez atenda, né, digamos assim. (Sr. (o) Alex)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto do estudo foi identificar as principais características que concerne à forma organizacional das cooperativas de coleta seletiva no Brasil. A partir da análise verificou-se que, a estrutura organizacional tem uma relação direta com o nicho de recursos, isto é, com o tipo de produto reciclado. Além disso, concluiu-se que há ainda aspectos importantes ligados à legitimação para a consolidação desta nova forma organizacional, principalmente a legitimação social, tendo em vista que os principais parceiros do negócio são os moradores próximos aos locais de coleta.

Notou-se que de modo geral, as cooperativas que apresentam uma estrutura organizacional mais formalizada atuam no nicho de resíduos eletro-eletrônicos, sendo produtos de maior valor agregado. Em contrapartida, as cooperativas de resíduos de menor valor agregado, como, por exemplo, resíduos plásticos, apresentam uma estrutura em fase de formação. Não há nem mesmo uma noção clara do que seja uma estrutura organizacional; em geral, os entrevistados associam à estrutura produtiva, ou seja, às instalações e máquinas e equipamentos.

Em relação à legitimação, verificou-se que esta nova forma organizacional detém a legitimidade política por meio de Leis e Decretos que não somente regulamentam, mas também protegem as atividades do setor de coleta seletiva no Brasil. Entretanto, apesar do avanço na legislação, os entrevistados apontam uma série de aspectos a serem observados na legitimação das cooperativas, principalmente aquelas que fazem a coleta do lixo doméstico. Nestes casos, a legitimação é fator fundamental para o fortalecimento da forma organizacional, seja do ponto de vista da capacitação dos funcionários, financiamento de capital de giro e até mesmo na regularidade no fornecimento dos resíduos. São cooperativas que nascem da coleta localizada, feita de porta em porta, como alternativa de renda e melhores condições de trabalho. Em função disso, nota-se uma total ausência de recursos, o que exige legitimação, mais especificamente na legitimidade social, sendo a sociedade civil e a sociedade empresarial os fornecedores principais de recursos para o processo produtivo. Nesse sentido, o papel político-regulatório não restringe somente à fomentação via financiamentos, mas também no processo de conscientização e alteração cultural da sociedade. Aliás, o que pode ser constatado foi que, mesma na carência financeira que

estas organizações se encontram, elas têm um esforço contínuo em ações de divulgação a fim de conscientizar a sociedade sobre a importância de preservação e conservação da natureza, via coleta seletiva.

O resultado sugere a não uniformidade entre a legitimidade política com a legitimidade social dessa nova forma organizacional, levando ao enfraquecimento deste novo espaço no mercado, e, conseqüentemente colocando em risco a sobrevivência das cooperativas coleta seletiva.

A contribuição deste estudo consiste em não somente identificar as características associadas às cooperativas de coleta seletiva no Brasil, mas também ressaltar o papel da sociedade via legitimação para o estabelecimento de um novo domínio no mercado.

Vale destacar as limitações do estudo pertinente a metodologia adotada, implicando na não generalização dos resultados. Nesse sentido, as sugestões para futuras pesquisas contemplam tanto o aumento do número de empresas participantes, quanto em trabalhar com segmentos específicos do setor de coleta seletiva, de maneira a identificar as especificidades das dimensões da forma organizacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRICH, E. H.; RUEF, M. *Organizations Evolving*. 2ª. Ed. London: SAGE Publications Ltd, 2006.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUM, J. A. C. *Ecologia organizacional*. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, n. 1, 1998.

BAUM, J. A. C.; SINGH, J. V. *Organizational Niches and the Dynamics of Organizational Founding*. *Organization Science*, 1994: 483-501.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 12 fev. 2011.

CARROLL, G. R.; HANNAN, M. T. *Organizations in industry: Strategy, structure, and selection*. Oxford University Press, New York, 1995.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. A. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, 2005: 72-89.

FLIGSTEIN, N. Markets as politics: A political-cultural approach to market institutions. *American Sociological Review*, 1996: 656-673.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.

HALL, R. H. *Organizações: estrutura, processos e resultados*. São Paulo: Pearson Prentice – Hall, 2004.

HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. The population ecology of organizations. *American Journal of Sociology*, 1977: 924-964.

HSU, G.; HANNAN, M. T. Identities, Genres and Organizational Forms. *Organization Science*, 2005: 474-490.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Classificação nacional de atividades econômicas. 2011. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Comunicado nº 145 – Plano Nacional de Resíduos Sólidos: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120425_comunicadoipea0145.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. *Pesquisa Pedagógica: do projeto à implementação*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MILES, R. H. *Macro organizational behavior*. Glenview, Illinois: Scott Foresman and Company, 1980.

MINTZBERG, G. H. *The structuring of organizations: A synthesis of the research*. Prentice Hall Inc, New Jersey, 1979.

MCKENDRICK, D. G.; JAFFEE, J.; CARROLL, G. R.; KHESSINA, O. M. In the bud? Analysis of disk array producers as a (possibly) emergent organizational form. *Administrative Science Quarterly*, 2003: 60-93.

NORTH, D.C.; *Institutions and the Process of Economic Change*. Management International; Spring. 2005.

PERRETTI, F.; NEGRO, G.; LOMI, A. E Pluribus Unum: Framing, Matching, and From Emergence in

U.S. Television Broadcasting, 1940-1960, *Organization Science*, 2008: 533-547.

PUGH, D. S.; HICKSON, D. J.; HINNINGS, C. R.; TURNER, C. The dimensions of organization structure. *Administrative Science Quarterly*, 1968: 65-105.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSSONI, L. *Governança Corporativa, Legitimidade e Desempenho das Organizações Listadas na Bovespa*. Curitiba: Tese de Doutorado (Administração) Universidade Federal do Paraná, 2009.

SIERRA, F. Función y sentido de lê entrevista cualitativa em investigación social. In: CÁCERES, L. G. *Técnicas de Investigación en Sociedad, Cultura y Comunicación*. México: Prentice Hall, 1998.

ZERUBAVEL, E. *The Fine Line: Making Distinctions in EverydayLife*. Free Press, New York, 1991.

EMERGENCE OF NEW ORGANIZATIONAL FORMS: AN EXPLORATORY STUDY IN SELECTIVE COLLECTION COOPERATIVES

Ana Carolina Simões Braga

Doutoranda pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

E-mail: carol_macke@hotmail.com

Dimária Silva E Meirelles

Docente no Programa de Pós-Graduação na Universidade

Presbiteriana Mackenzie

E-mail: dmeirelles@gmail.com

Abstract: For Organizational Ecology the advent of a new population is marked by a range of definitions, as the parameters of an organizational form. The purpose of this study is both to identify the key features of the organizational form of selective collection cooperatives, as their establishment. The methodology adopted is exploratory research. The result of the analysis showed the presence of various forms of selective collection cooperatives, defined by their resource niches, which define the formal structure (blueprint) of the organization. Identified also the non-uniformity between the political legitimacy and social legitimacy driving for the no establishment of this new organizational form.

Keywords: Solid Waste Brazilian Law; Selective Collection Cooperatives; Organizational Form; Establishment of Organizational Form